■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO ILUSTRE PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE - PR

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15/2023

O INSTITUTO DE ENSINO POLIS CIVITAS LTDA, inscrito sob o CNPJ nº: 05.745.509/0001-87, com sede na Av. Antonio Escorsin, nº 1650, São Braz, Curitiba/PR, CEP 82.300-490 vem, por seu procurador abaixo assinado, apresentar RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO em face da decisão que habilitou a empresa SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI LTDA no certame em epígrafe, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

I – FATOS

1. A Recorrente participou do Pregão Eletrônico nº 06/2023, cujo objeto é a contratação de empresa especializada instituição de ensino Superior para Programa de Capacitação Especializada Pós-Graduação Lato Sensu no formato online EAD (Educação a Distância), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.
2. Participaram do certame outras empresas, dentre elas a SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI LTDA. Após acirrada disputa em fase de lances, a SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI foi convocada a apresentar amostras, conforme determina o item 14 do Instrumento Convocatório.
3. Ato contínuo, os documentos apresentados foram disponibilizados para análise da Recorrente. A Recorrente, ciente das inconsistências apresentadas entre as amostras e as exigências do instrumento convocatório, impugnou ponto a ponto o material apresentado.
4. A Impugnação ofertada pela Recorrente não fora aceita e da leitura do relatório final é possível constatar que não foram utilizados critérios de julgamento objetivos, o que é vedado no ordenamento jurídico regente dos processos licitatórios.
5. Isto posto, a decisão que aceitou tecnicamente o material apresentado pela SOCIEDADE LEONARDO DA VINCI e a declarou habilitada deixou de privilegiar critério objetivos, inclusive previstos em Edital, constituindo afronta aos princípios norteadores do processo licitatório, razão pela qual deve ser reformada.

II – DO DIREITO

II.1 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO OBJETIVO – DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

6. Inicialmente importa destacar que o objeto do presente recurso não versa sobre as mesmas matérias abordadas na Impugnação às Amostras apresentadas pela empresa SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI LTDA, que, embora reste claro que não atendem às exigências do instrumento convocatório, já foram exploradas em momento oportuno.
7. Tem-se, na verdade, Recurso Administrativo face aos CRITÉRIOS utilizados pelo Órgão Licitante no momento de apuração das amostras, os quais a priori não estão de acordo com parâmetros objetivos definidos em Edital.
8. O Edital em epígrafe ao tratar das amostras assim determina:
14. DAS AMOSTRAS
14.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar em até 7 (sete) dias úteis, após o certame licitatório, anteriormente à assinatura da Ata de Registro de Preços, o cronograma com a carga horária de cada eixo / curso; a carga horária de cada conteúdo / disciplina que compõe o eixo / curso; o ambiente virtual de aprendizagem configurado com todos os cursos, materiais e vídeoaulas, bem como uma amostra de cada livro (físico ou digital) para a aprovação da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
9. O Termo de Referência, por sua vez, deixa claro quanto ao descritivo técnico dos conteúdos específicos da formação online e quais as temáticas mínimas relacionadas por eixo/curso, definindo, portanto, conteúdo mínimo por eixo/curso.
10. Ocorre, entretanto, que o material apresentado pela empresa SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI LTDA não contempla todos os conteúdos mínimos exigidos por eixo/curso e, mesmo após manifestação expressa da Recorrente, foram aceitos como válidos, contrariando os critérios de julgamento previstos em edital e na lei.
11. A exigência de amostra do produto e/ou serviço contrato não é novidade no universo de licitações e contratos públicos, encontra-se respaldo no Tribunal de Contas da União e está previsto no edital em comento.
12. Como se sabe, a finalidade da amostra no Pregão Eletrônico é, a bem da verdade, permitir que a Administração faça aferição de compatibilidade entre a descrição dos serviços prevista em Edital e a solução apresentada pela empresa demanda. Nesse ínterim, é o mecanismo mais viável para análise meramente da proposta ofertada pelo particular, conferindo segurança à Administração quanto à adequação do objeto licitado. Seguindo essa mesma diretriz, explica Renato Geraldo Mendes :

"A finalidade da amostra é permitir que a Administração, no julgamento da proposta, possa se certificar de que o bem proposto pelo licitante atende a todas as condições e especificações técnicas indicadas na sua descrição, tal como constante no edital. Com a amostra, pretende-se reduzir riscos e possibilitar a quem julga a certeza de que o objeto proposto atenderá à necessidade da Administração."

13. Como é cediço, na etapa de julgamento das propostas, podem ser solicitadas amostras dos serviços licitados e quando não se encontrarem de acordo com as exigências do Termo de Referência, bem como do descritivo técnico dos serviços a ser entregue, devem as propostas serem desclassificadas.

14. Assim, é plenamente possível que editais de licitação exijam dos licitantes que atestem desempenho e qualidade dos serviços requeridos no ato convocatório, a fim de resguardar a Administração do risco da contratação de serviços que não atendam satisfatoriamente o interesse público.

15. Dessa forma, aceitar os materiais apresentados pela empresa SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI LTDA vai contra os princípios basilares do processo licitatório, quais sejam do critério de julgamento objetivo, vinculação ao edital, razoabilidade e legalidade.

16. Na licitação é pacífico que o edital vincula as partes e a administração. Aliás neste sentido é o artigo 41 da Lei 8666/93:

Art. 41 – A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

17. O princípio invocado trata-se, em verdade, do princípio básico de toda licitação, vinculando tanto a Administração quanto os proponentes, aos termos e exigências ali determinados. É a lei interna da Licitação.

18. Desta forma, não pode o administrador tolerar o descumprimento de qualquer dos seus termos.

19. Marçal Justen in Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed., ed. Dialética, discorrendo sobre o assunto ensina que:

Na licitação, a conduta moralmente reprovável acarreta a nulidade do ato ou do procedimento. Existindo imoralidade, afasta-se a aparência de cumprimento à lei ou ao ato convocatório. A conduta do Administrador público deve atentar para o disposto na regra legal e nas condições do Ato Convocatório.

20. É sabido que o critério de julgamento deve ser objetivo indicando as premissas que nortearão o julgamento do Administrador, possibilitando a elaboração das propostas pelos licitantes e dando a previsibilidade do julgamento. O art. 44 da Lei 8.666/03 traz que:

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes. (grifo nosso).

21. Os comandos legais insculpidos no art. 44 determinam que o certame deve ter seu andamento em conformidade com os critérios que foram eleitos pelo instrumento convocatório, viabilizando a participação de todos os interessados.

22. Registre-se que esses fatores não poderão ensejar o uso de critérios de conveniência ou oportunidade para as autoridades responsáveis pela condução e encerramento da licitação. Enfim, o andamento das licitações deverá ser realizado consoante critérios claros, objetivos e públicos, sob pena de invalidação.

23. Muito embora o Edital estabeleça a análise das amostras apresentadas, o que é prerrogativa da Administração, as cláusulas dispostas no Termo de Referência dão conta, novamente, de CRITÉRIOS OBJETIVOS dispostos em Edital, aos quais as amostras apresentadas pela SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI LTDA deixam de atender.

24. Hely Lopes Meirelles, em seu livro "Direito Administrativo Brasileiro", Malheiros Editores, 24ª Edição, página 249, relata o princípio do julgamento objetivo nas licitações, tratando o julgamento das propostas como ato vinculado à previsão do ato convocatório e da Lei, a saber:

Julgamento objetivo é o que se baseia no critério indicado no edital e nos termos específicos das propostas. É princípio de toda licitação que seu julgamento se apóie em fatores concretos pedidos pela Administração, em confronto com o ofertado pelos proponentes dentro do permitido no edital ou convite. Visa a afastar o discricionarismo na escolha das propostas, obrigando os julgadores a ater-se ao critério prefixado pela Administração, com o quê se reduz e se delimita a margem de valoração subjetiva, sempre presente em qualquer julgamento.

25. Ademais, os critérios utilizados pela Administração não podem contrariar as normas e princípios constantes na legislação.

26. Sabe-se que a finalidade precípua da licitação é garantir à Administração a seleção da proposta que se revele mais vantajosa e conveniente, em função dos critérios previamente estabelecidos e divulgados, sempre respeitando os Princípios norteadores do sistema jurídico, especialmente o Princípio da Isonomia entre os licitantes.

27. Esses são os fins buscados pelo certame licitatório e que se encontram previstos no artigo 3º da Lei nº 8.666/93, vinculado diretamente ao art. 37 da C.R., que dispõe:

Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da

vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

28. Sobre o assunto, preleciona Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ed. São Paulo: Dialética, 2004. P.49/50):

"(...) É necessário, assegurando o tratamento idêntico e equivalente a todos os licitantes, possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa.

Não é cabível excluir propostas vantajosas ou potencialmente satisfatórias apenas por apresentarem defeitos irrelevantes ou porque o "princípio da isonomia" imporia tratamento de extremo rigor.

A isonomia não obriga adoção de formalismo irracional. Atende-se ao princípio da isonomia quando se assegura que todos os licitantes poderão ser beneficiados por idêntico tratamento menos severo.

Aplicando o princípio da proporcionalidade, poderia cogitar-se até mesmo de correção de defeitos secundários nas propostas dos licitantes.

A vedação à discriminação injustificada não importa proibição de superar defeitos menores, irregularidades irrelevantes e outros problemas encontrados na atividade diária de seleção de propostas."

29. Nesse sentido, relevante colacionar jurisprudência relevante sobre o tema de diversos tribunais, in verbis:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA.

EDITAL. 1. As regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa. 2. Não há de se prestigiar posição decisória assumida pela Comissão de Licitação que inabilita concorrente com base em circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, fazendo exigência sem conteúdo de repercussão para a configuração da habilitação jurídica, da qualificação técnica, da qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal. (3. omissis) 4. Segurança concedida."

(MS 5606/DF, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13.05.1998, DJ 10.08.1998 p. 4) (grifo nosso)

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. EDITAL DE LICITAÇÃO. CRITÉRIO DE JULGAMENTO. DISPOSIÇÕES CLARAS E PARÂMETROS OBJETIVOS. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E

COMPETITIVIDADE. RECURSO DESPROVIDO 1. O princípio da vinculação ao edital deve ser interpretado de forma a não se perder de vista o princípio constitucional inserido no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, pois o objetivo é a garantia do interesse público, com a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. 2. Iniciado o procedimento licitatório, apresentadas e examinadas as propostas, a Administração não pode alterar o que dispunha o edital, pena de violação ao princípio da legalidade a que sujeito o administrador público e da vinculação ao instrumento convocatório. 3. Recurso conhecido e desprovido.

(TJ-DF 20150110986202 0023797-57.2015.8.07.0018, Relator: ROMEU

GONZAGA NEIVA, Data de Julgamento: 01/06/2016, 4ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE: 16/06/2016. Pág.: 328/340) (grifo nosso)

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. MELHOR PROPOSTA TÉCNICA COM PREÇO FIXADO EM EDITAL. JULGAMENTO OBJETIVO. CRITÉRIOS

DEFINIDOS NO EDITAL. 1. A licitação é o procedimento administrativo que tem por objetivo garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a celebração de contrato por parte da administração pública. 2. O art. 44, lei nº 8.666/93, estabelece que, no julgamento das propostas, a comissão deve considerar os critérios objetivos definidos no edital, não podendo, assim, o licitante, lançando mão de ponto de vista próprio e de critérios subjetivos, contrapor-se a eles. 3- Agravo improvido.

(TRF-5 - AGTR: 36192 PE 0019861-59.2001.4.05.0000, Relator: Desembargador

Federal Luiz Alberto Gurgel de Faria, Data de Julgamento: 11/09/2001, Quarta Turma, Data de Publicação: Fonte: Diário da Justiça - Data: 17/01/2002 - Página: 1875)

30. Novamente, insta mencionar que neste momento o Município de Fazenda Rio Grande tem a importante missão de não se deixar levar para uma contratação leviana que não condiz com todos os aspectos descritos no Termo de Referência, tampouco atende ao interesse público que conta com um serviço de capacitação de excelência para os profissionais da área da educação municipal.

31. Sobreleva destacar que compete à administração estabelecer diretrizes do que pretende licitar, especificando o objeto e os requisitos que venham assegurar o melhor desempenho sem riscos de não atender às suas necessidades.

32. Considera-se que, é facultada à administração a liberdade de escolha do momento oportuno para realização do procedimento licitatório, da escolha do objeto que atenda às suas necessidades, das especificações e das condições de execução do futuro CONTRATO.

33. Nos ensinamentos do memorável mestre Hely Lopes Meirelles, quando leciona com brilhante sabedoria, que a lei ressalva a liberdade para a administração definir as condições da contratação administrativa, destacando com bastante propriedade, in verbis:

A LIBERDADE DE ESCOLHA DA ADMINISTRAÇÃO SE EFETIVA EM UM MOMENTO PREPARATÓRIO E INICIAL DA LICITAÇÃO. UMA VEZ EXERCITADA ESSA LIBERDADE, EXAURE-SE A DISCRICIONARIEDADE E NÃO MAIS PODE SER INVOCADA. ASSIM, A ADMINISTRAÇÃO TEM LIBERDADE PARA ESCOLHER AS CONDIÇÕES SOBRE O FUTURO CONTRATO. PORÉM, DEVERÁ VALER-SE DESSA LIBERDADE COM ANTECEDÊNCIA, INDICANDO EXAUSTIVAMENTE SUAS ESCOLHAS" (COMENTÁRIO À LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, AIDE, 3ª ED/94).

34. Partindo dessa prerrogativa, a administração elaborou as especificações do objeto pretendido, visando tão somente a sua adequação às necessidades preponderantes deste poder.

35. A Lei Federal nº 8.666/93, em seu art. 3º, §1º, inc. I, estabeleceu que é vedado aos agentes públicos "I - admitir,

prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991”.

36. A igualdade de participação nas licitações é assegurada para todos os interessados que desejam contratar com o Poder Público, sendo previsto no inc. XXI, do art. 37, da Constituição da República, que essa participação deve ser igualitária, ressalvados os casos específicos previstos na legislação, bem como a exigência de qualificação técnica apenas no que for indispensável à garantia do cumprimento das obrigações:

Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (sem grifos no original).

37. É na fase interna do procedimento licitatório que a Administração deve analisar e selecionar quais são os requisitos de qualificação técnica indispensáveis e necessários a assegurar o mínimo de segurança relacionada ao cumprimento das obrigações pelo Contratado.

38. À Administração é facultado eleger suas prioridades expressas através das cláusulas do edital, mas não lhe é facultada o exato, fiel e reto cumprimento aos termos editalícios que a própria eleger como necessários ao bom cumprimento na execução do contrato advindo deste edital..

39. Um curso tão nobre que certamente terá notório impacto na rede municipal de ensino não pode ser tratado com generalismo e falta de conhecimento sobre os temas abordados.

40. Aqui importa destacar que as análises feitas pela empresa Recorrente não versam sobre uma questão simplória de nomenclatura dos conteúdos apresentados. Foram feitas análises apuradas e conceituadas de todo programa apresentado e, mais uma vez, frisa-se que o projeto ofertado pela Sociedade Leonardo Da Vinci NÃO CONDIZ com o descritivo do Curso de Pós-graduação objeto do Edital em comento.

41. Diante do exposto, com a devida vênia, não merece prosperar a decisão que Aprovou as Amostras enviadas pela empresa Sociedade Leonardo Da Vinci, conseqüentemente habilitou a empresa ao certame em voga, uma vez que a documentação ofertada NÃO COMPROVOU efetivamente sua capacidade técnica de executar os serviços licitados, contrariando dispositivos legais e do próprio Termo de Referência.

III - PEDIDOS

42. Assim, DIANTE DO EXPOSTO, com os fatos e fundamentos apresentados, requer que seja julgado PROCEDENTE o recurso para que seja revista a decisão que habilitou a empresa SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI LTDA, posto que não foram utilizados critérios objetivos para julgamento das amostras apresentadas, o que contraria ordenamento jurídico aplicado ao caso.

43. Requer, por conseguinte, que seja seu recurso recebido, processado e concedido o efeito suspensivo, e em caso deste Julgador não reconsiderar sua decisão, que seja determinado o encaminhamento do recurso para apreciação do seu Superior Hierárquico, como determina a nossa legislação que regula as licitações públicas.

44. Requer, ainda, que todas as intimações, caso encaminhadas eletronicamente, sejam enviadas ao e-mail licitacao@poliscivitas.edu.br e, caso encaminhadas em meio físico, sejam direcionadas ao endereço Avenida Getúlio Vargas, 275 - Centro, Uberlândia - MG, 38400- 299, sala 705, Edifício Metropolitan.

Nestes Termos, pede e aguarda deferimento.

De Curitiba/PR para Fazenda Rio Grande/PR, 3 de abril de 2023.

INSTITUTO DE ENSINO POLIS CIVITAS LTDA.

Fechar